



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0007005-05.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **VALTER DE OLIVEIRA SANTOS**  
 Requerido: **Via Varejo S/A - Casas Bahia**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido da ré uma mesa, um tampo para essa mesa e quatro cadeiras, mas não recebeu o aludido tampo.

Alegou ainda que tentou de várias maneiras resolver a pendência, sem sucesso, de sorte que almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em entregar a mercadoria faltante.

A ré em contestação não negou os fatos que lhe foram atribuídos pelo autor, limitando-se a ressaltar que a data de entrega das mercadorias que vende é somente estimada, e portanto sujeita a atrasos, bem como que obrou com diligência e que o autor não faria à reparação de danos morais.

Nenhum dos argumentos, porém, a favorece.

Quanto ao primeiro, restou demonstrado que o produto deveria ser entregue há mais de um mês (02.07.2015 – fl. 02) e como inexistente demonstração de que isso tivesse sucedido a obrigação da ré transpõe-se incontroversa.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Quanto ao segundo, a permanência da situação noticiada sem que fosse resolvida evidencia a desídia da ré, o que de resto não assume maior relevância em face de sua responsabilidade objetiva pelos fatos noticiados.

Quanto ao terceiro, deixa de ser analisado porque a postulação da autora não contemplou a reparação de danos morais.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, configurada a obrigação da ré e o não cumprimento da mesma até o momento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a entregar ao autor no prazo máximo de dez dias o tampo da mesa descrito a fl. 01, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$700,00 (setecentos reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**